

Este documento é uma versão provisória e reflete discussões em curso que surgiram no contexto de um encontro promovido pelo Goethe-Institut Portugal na Culturgest, em Lisboa, entre 24 e 27 de setembro de 2019. O encontro fez parte do projeto "[Tudo passa, exceto o passado](#)" [ENG], que interroga a forma como os países europeus lidam com o seu passado colonial, com a persistência de relações de poder coloniais e com a continuação dos seus modelos. O encontro em Lisboa reuniu cerca de vinte artistas, cineastas, investigadores, arquivistas e representantes de instituições, de origens diversas, e de diferentes contextos privilegiados, para debaterem principalmente sobre arquivos coloniais. Apesar da multiplicidade de vozes que caracterizaram o encontro, muitos dos participantes que contribuíram para este documento sentiram uma vontade comum de expressar um apelo à ação e à reflexão para uma prática descolonizadora dos arquivos que albergam coleções de filmes oriundos de contextos coloniais. Assim, este documento não tem um autor único. Estamos também conscientes de manifestos semelhantes e iniciativas afins que reconhecemos ou com os quais nos solidarizamos: [Manifesto para libertar as imagens](#) [ENG], [Declaração da FIAF* sobre a Utilização e Acesso Justos](#) [ENG], [declaração de política da CCAA**: partilha do património](#) [ENG], [Princípios de Acesso aos Arquivos do ICA***](#) [ENG], [Declaração Universal sobre Arquivos endossada pela UNESCO****](#) [ENG], [Princípios Éticos para Arquivos Sonoros e Audiovisuais do IASAA](#) [ENG] e outras mais.

* FIAF: International Federation of Film Archives [Federação Internacional de Arquivos Fílmicos]

** CCAA: Co-ordinating Council of Audiovisual Archives Associations [Conselho Coordenador de Associações de Arquivos Audiovisuais]

*** ICA: International Council of Archives [Conselho Internacional de Arquivos]

**** Unesco: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]

***** International Association of Sound and Audiovisual Archives [Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais]

Apelo à ação e à reflexão para a descolonização de arquivos cinematográficos

Este apelo à ação e à reflexão dirige-se a todos aqueles que estão envolvidos na gestão das instituições europeias que conservam coleções de filmes coloniais; arquivistas, diretores, técnicos, estudiosos, curadores e responsáveis políticos.

Atualmente, o material que documenta imagens, sons, textos, danças, gestos e a vida dos sujeitos e territórios colonizados está sobretudo depositado em arquivos europeus, com poucos ou nenhuns catálogos públicos. Estes materiais de arquivo são também prova de relações de poder desiguais, geradas e perpetuadas pelo colonialismo. Dando continuidade a estas relações inquietantes, o acesso a estes arquivos é rigidamente controlado, limitado ou dispendioso. Qualquer um deste tipo de acesso torna-os inacessíveis às pessoas que lutam para recuperar as narrativas dos seus países e restabelecer as memórias colectivas apagadas ou destruídas por séculos de propaganda colonial.

A palavra arquivo está profundamente enraizada na sua etimologia grega, uma vez que deriva de *archon* - líder, governante, governador. O arquivo funde o material e a arquitetura que o salvaguarda, para afirmar e manter o poder. O poder do arquivo é precisamente o de interditar às pessoas o acesso aos seus próprios materiais. Por conseguinte, os arquivos coloniais continuam a constituir um colonialismo e continuam a ser um dos seus objetos onto-epistemológicos. Os documentos dos arquivos são instituídos para legitimar e legalizar a expropriação, a ocupação, a escravatura e o extrativismo. Tal como o colonialismo se aproveitou de vidas, territórios e recursos, os arquivos de filmes coloniais continuam a gerar

riqueza audiovisual a partir do imaginário produzido a partir dessa violência. O termo *pós-colónia* será aqui usado para se referir a territórios, países e comunidades outrora subjugados pelo domínio colonial europeu e às fragilidades estruturais inerentes à sua condição pós-colonial.

O filme, juntamente com outras tecnologias ópticas, foi também desenvolvido para servir a vigilância estatal e a guerra. Realizou uma profecia aparentemente *iluminada* de um olho-soberano, manifestando a onnipresença e omnisciência do projeto colonial ocidental, ignorando os seus ângulos mortos. As lutas anticoloniais do século XX estavam conscientes deste poder estrutural dos meios de comunicação social e da necessidade de se apropriarem das tecnologias ópticas e de as reorientar para a luta contra imaginários coloniais.

Para a descolonização estrutural dos arquivos cinematográficos europeus, a reprodutibilidade da matéria física do filme e a digitalização colocam problemas específicos, bem como possibilidades diferentes daquelas relativas à restituição de artefactos pilhados à *pós-colónia*. Em vez de devolver um objecto "autêntico", "original" a uma comunidade despojada ou saqueada, a plasticidade reprodutível do filme torna mais urgente a abertura de uma discussão mais alargada sobre partilha e disponibilização de acesso. No caso do filme colonial, a restituição ocorre com a atribuição de recursos para criar uma ecologia de diálogo e partilha entre arquivos cinematográficos europeus, iniciativas independentes e instituições estatais da *pós-colónia*.

Este apelo à ação e à reflexão para a descolonização dos arquivos propõe as seguintes orientações de ação para pessoas envolvidas com instituições detentoras de coleções coloniais e convida-as a refletir sobre os seus sistemas e práticas de arquivo:

1. APELO AO DIÁLOGO COMO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

A descolonização dos arquivos de filmes coloniais exige processos específicos que só podem ser iniciados no diálogo entre aqueles que representam as instituições gestoras de arquivos e aqueles que foram sujeitos à objectificação da violência colonial.

Este diálogo deve ter lugar entre atores independentes e representantes das instituições, da sociedade civil e da política cultural e abordar o acesso, utilização, redistribuição, restituição, reprodução, digitalização, divulgação e partilha do património fílmico colonial arquivado.

Aprender com a subjetividade dos agentes e reconhecer que as relações coloniais produzem traumas intergeracionais pode ser uma dimensão importante para orientar estes processos. Os distintos modelos e contextos institucionais exigem tarefas igualmente diversas para a descolonização.

2. APELO À ATRIBUIÇÃO DE RECURSOS E AO ACESSO

Para permitir o diálogo acima referido, os arquivos europeus devem fornecer recursos permanentes para financiar e organizar a partilha das suas coleções com artistas, ativistas, cineastas, investigadores e outras partes interessadas, nomeadamente oriundos de países anteriormente colonizados.

Os recursos para o acesso e a investigação devem fazer parte de uma mudança estrutural no sentido da descolonização. Idealmente, tal incluiria bolsas de investigação para projetos que trabalham com os arquivos e que também contribuem para mudanças estruturais.

Os arquivos europeus devem investir na libertação das suas coleções das restrições impostas por direitos de autor, criar inventários completos e torná-los facilmente acessíveis.

3. APELO AO APOIO ÀS PRÁTICAS E ESTRUTURAS DE ARQUIVO NAS PÓS-COLÓNIAS

As instituições de arquivo europeias devem assumir a responsabilidade transnacional e trabalhar para corrigir as relações de poder desiguais com as estruturas de arquivo e com as iniciativas arquivísticas na pós-colónia. As estruturas e a burocracia da era colonial impediram a criação e manutenção de arquivos funcionais, com impactos persistentes.

Muitas vezes, as práticas arquivísticas mais críticas e relevantes são iniciativas de indivíduos, atores independentes e da sociedade civil que trabalham para recuperar, manter e ativar materiais instáveis ou frágeis.

As instituições de arquivo europeias devem apoiar infraestruturas que sustentem equipamentos arquivísticos autónomos para a preservação, digitalização e divulgação de material cinematográfico colonial ou anti-colonial na *pós-colónia*.

4. APELO A CÓDIGOS DE CONDUTA

Como resultado das ações acima mencionadas, devem ser criados códigos de conduta para o manuseamento e uso do material de maneira a prevenir a reprodução e reificação da violência colonial, racista ou de género.

Estes códigos de conduta devem focar-se numa prática de descolonização do acesso, de critérios de pesquisa, legendas, sinopses e identificação do material de arquivo, sem apagar os modelos anteriores que refletem os códigos culturais que determinam a construção da colonialidade.

Cada estrutura de arquivo deve desenvolver um código de conduta específico aberto a revisão e renegociação permanente por parte dos que trabalham no arquivo, como forma ética de colaboração mútua.

CONCLUSÃO

A descolonização dos arquivos cinematográficos não começará sem incluir nesse processo o sujeito outrora convertido num objecto de extração cinematográfica. Do mesmo modo, processos de descolonização nunca são tarefas que se possam concluir, são antes condições a ser habitadas. Devolver o sujeito ao arquivo significa também abraçar outras formas de cognição e produção de conhecimento, como a subjetividade vívida, a emoção e o afeto. Em vez de permanecer um local de poder, um arquivo descolonizado escolhe antes ser um local de empoderamento.

Signatários iniciais (nomes por ordem alfabética)

1. Antje Van Wichelen
2. Catarina Simão
3. Corinna Lawrenz
4. Daniel Blaufuks
5. Diana McCarty
6. Didi Cheeka
7. Filipa César
8. Fradique
9. Ganza Buroko
10. Inadelso Cossa
11. Inês Beleza Barreiros
12. Inês Ponte
13. Julia Klein
14. Maria do Carmo Piçarra
15. Raquel Schefer
16. Sana na n'Hada
17. Stefanie Schulte Strathaus
18. Susanne Sporrer
19. Tamer El Said
20. Teresa Althen
21. Tom Rice
22. Wolfgang Furhmann
23. Yaa Addae Nantwi